

ISSN 1808-3161

25

Revista do Ministério Público de Alagoas
Janeiro / dezembro 2012

25

Revista do Ministério Público de Alagoas

Coleção

Direitos & Deveres

Revista do Ministério Público de Alagoas

CONSELHO EDITORIAL

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

Procurador de Justiça / Diretor da ESMP/AL

STELA VALÉRIA SOARES DE FARIAS CAVALCANTI

Promotora de Justiça / Secretária Executiva da ESMP/AL

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ

Promotor de Justiça / Secretário de Planejamento da ESMP/AL

EDUARDO TAVARES MENDES

Procurador-Geral de Justiça

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

Procurador-Geral de Justiça Substituto

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

Corregedor-Geral do Ministério Público

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

Corregedor-Geral Substituto

LUCIANO CHAGAS DA SILVA

Ouvidor-Geral do Ministério Público

Capa: João Luiz Maia

Fotos: Assessoria de Comunicação do Ministério Público de Alagoas

Projeto Editorial: Antonio Carlos Marques da Silva

Catalogado na fonte – Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central – Divisão de Tratamento Técnico

Revista do Ministério Público/Alagoas/ Ministério Público de
Alagoas, Universidade Federal de Alagoas. Centro de
Ciências Jurídicas - CJUR.- N.25 (JAN./DEZ 2012) -.-
Maceió : MPEAL : UFAL/CJUR
1999-
n.

Semestral

1. Direito - Periódico. 2. Legislação - Periódico

ISSN 1808-3161

CDU: 34(051)

Colégio de Procuradores de Justiça

Eduardo Tavares Mendes – Presidente
Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto
Fábio Rocha Cabral de Vasconcellos
Luciano Chagas da Silva
Luiz Barbosa Carnaúba
Geraldo Magela Barbosa Pirauá
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá
Walber José Valente de Lima
Lean Antônio Ferreira de Araújo
Antiógenes Marques de Lira
Dilmar Lopes Camerino
Dennis Lima Calheiros
Vicente Felix Correia
Artran de Pereira Monte
José Artur Melo
Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Afrânio Roberto Pereira de Queiroz

Conselho Superior do Ministério Público

Eduardo Tavares Mendes – Presidente
Antiógenes Marques de Lira
Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Geraldo Magela Barbosa Pirauá
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá
Luciano Chagas da Silva
Afrânio Roberto Pereira de Queiroz

Sumário

Apresentação 9

Discurso de saudação a **EDUARDO TAVARES MENDES**,
quando de sua posse como sócio do IHGAL **13**

Discurso de posse de **EDUARDO TAVARES MENDES** **22**

PARTE I Homenagem ao Dr. Fábio Rocha 37

Perfil 39

Pronunciamento do Dr. Fábio Rocha, por ocasião da solenidade de posse no cargo de Procurador de Justiça perante o Colégio de Procuradores, em junho de 1987. **41**

Requerimento de aposentadoria por tempo de serviço,
encaminhado pelo Dr. Fábio Rocha **46**

Peças processuais 47

PARECER N.º 011/2001 (Mandado de Segurança) **48**

PROCESSO nº 778/2001 **51**

PARECER N.º 039/2003 (Conflito negativo de competência) **55**

PARECER N.º 044/2003 (Ação Rescisória) **57**

PARECER N.º 081/2008 (Mandato de Segurança) **60**

PARECER N.º 030/2011 (Mandato de Segurança) **62**

PARECER N.º 061/2011 (Ação Rescisória) **64**

PARECER N.º 07/2012 (Ação Rescisória) **67**

PARECER N.º 27/2012 (Ação Rescisória) **71**

PARTE II DOCTRINA 75

O CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL COMO
ATRIBUIÇÃO CONSTITUCIONALMENTE AFETA AO MINISTÉRIO
PÚBLICO E ESSENCIAL AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Cíntia Maria Tojal Pires 77

A ATUAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Limites, potencialidades e o relacionamento com os Ministérios Públicos

Humberto Pimentel Costa 95

MEDIDAS ANTI-CORRUPÇÃO NO BRASIL: O QUE HÁ DE NOVO, O QUE
ESTÁ OBSOLETO, O QUE FUNCIONA

Karla Padilha 107

Alline Pedra Jorge Birol

A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE CULTURAL E A PROTEÇÃO JURÍDICA ATRAVÉS DO TOMBAMENTO:

a ausência do federalismo cooperativo no município alagoano de Marechal Deodoro

Larissa da Rocha Barros Lima 129

O LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E A CONSUMAÇÃO DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

Liliana Almeida Costa dos Santos 149

EXISTE NECESSIDADE DE UM MARCO LEGAL PARA AS UNIÕES HOMOAfetivas?

Luana Ferreira Beder 177

A NOVA DISCIPLINA CONSTITUCIONAL DA FILIAÇÃO:

dos princípios constitucionais aplicáveis à paternidade socioafetiva originária da técnica de inseminação heteróloga.

Luiz Alberto de Holanda Paes Pinto 209

PODE O MAGISTRADO DAR PROSSEGUIMENTO AO FEITO CRIMINAL EM QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO ABANDONA, FUNDAMENTADAMENTE, A ACUSAÇÃO INICIALMENTE FORMULADA?

O sistema acusatório como garantia constitucional.

Luiz de Albuquerque Medeiros Neto 231

ADOÇÃO E O DIREITO CONSTITUCIONAL À CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Maria Berenice Dias 247

OS HOMICÍDIOS PRATICADOS CONTRA MULHERES EM ALAGOAS

Comentários ao Relatório Anual da Comissão de Direitos Humanos da OAB/AL- 2012

Paula Simony Lopes Ferreira 249

O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA NA IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS E A EFICÁCIA DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Renata Vieira Tenório 267

UMA REFLEXÃO SOBRE O VOTO OBRIGATÓRIO

Rubens Farias Costa 299 [313]

APRESENTAÇÃO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

Eis aqui, prezado leitor, a edição nº 25 da Revista do Ministério Público do Estado de Alagoas. Trata-se de mais uma coletânea de artigos de diversas disciplinas do conhecimento humano, de flagrante atualidade, que passa, principalmente, pelo Direito, pela Sociologia e pela História; e, na maior parte dos textos, para além da superfície semântica, vamos poder comparar o pensamento dos autores com a atuação do Ministério Público brasileiro pós-Constituição Republicana de 1988, para o efeito da crítica do seu papel na construção de uma sociedade mais justa neste novo milênio.

No último mês de outubro, festejamos os 25 anos de promulgação da nova Constituição brasileira. Quem acompanhou, como eu, os debates travados no proscênio da Assembleia Nacional Constituinte sabe quão duros e difíceis foram eles, com os campos políticos – Direita, “Centrão” e Esquerda – rigidamente demarcados e travando, nos bastidores e na arena pública, uma refrega diária pelo controle da Carta, que daria uma nova perspectiva jurídica e social ao País.

Findas as escaramuças, saiu do Congresso Nacional um Estatuto Político avançado, que proclamou direitos individuais e garantias sociais nunca dantes afirmados com tamanha ênfase nas seis Constituições anteriores. Recebemos uma Carta Fundamental de profunda densidade social, que pôs no centro do sistema constitucional o princípio da dignidade da pessoa humana como sujeito de direito, de caráter individual, sem o qual não se pode falar em liberdade; mas do qual defluem outros axiomas de interesse social, como o relativo à dignidade da coisa pública, expressa no postulado da probidade administrativa - sem o qual não se pode falar em democracia; e à dignidade do meio ambiente, sem o qual não se pode falar em futuro.

Em Alagoas, o Ministério Público tem empreendido uma intensa mobilização para assegurar a vigência dessa Norma lapidar em sua plenitude. Neste sentido, tem estimulado a qualificação profissional dos seus agentes e a capacitação de seus servidores, todos eles visceralmente comprometidos com a nossa missão constitucional em defesa da ordem jurídica e do regime democrático. A sociedade alagoana é testemunha da luta sem quartel que a Instituição vem travando, *plenum tempus*, contra a criminalidade, a improbidade administrativa e as agressões ao meio ambiente. Exemplo disso é a quantidade de promoções judiciais que não para de crescer, em todas as áreas da ilicitude civil e penal.

Esse empenho requer do Ministério Público atuação coordenada e de horizonte prospectivo adrede planejado. A questão passou a ser tratada quase como obsessão entre nós, porque entendemos que uma organização moderna mal sobrevive se estiver pautada na improvisação e no oportunismo, no sentido pragmático da palavra. Por esta razão, ao lado da Gestão Estratégica, instituímos o Escritório de Projetos Estratégicos, unidade encarregada, por definição, de centralizar as informações referentes à concepção do conjunto de programas da Instituição e do acompanhamento da execução de cada um deles, para daí extrair as boas lições, ou seja, avaliar criticamente os projetos já concluídos a fim de otimizar resultados e corrigir imperfeições.

O planejamento de longo prazo pressupõe, evidentemente, a existência de um corpo funcional à altura das necessidades do órgão, tanto em qualidade quanto em quantidade. Visando minimizar as dificuldades nessa área, realizaram-se concursos públicos, e diversos candidatos aprovados foram convocados, já assumiram e continuam a assumir os seus postos. A todos eles saudamos com nossos melhores votos de boas-vindas. Em breve, estaremos abraçando os candidatos aprovados no concurso para o cargo de promotor de Justiça, em fase de conclusão.

Este é o perfil do Ministério Público dos tempos pós-modernos, onde floresce uma sociedade cada dia mais complexa, impulsionada pela dinâmica global da divisão social do trabalho humano, a exigir do Estado soluções criativas para as questões jurídicas que se acumulam. São situações novas, incomuns, geradas pelo protagonismo dos emergentes movimentos sociais, cada um com sua carga específica de reivindicações.

Esta publicação traz à baila sob, a óptica de conhecidos estudiosos e especialistas, temas que orbitam ao redor dessa problemática, fruto da tensão jurídica entre direitos e *deveres*, tão cara ao nosso dia a dia.

O combate à corrupção, gênero de ilicitude a que pertence a improbidade, é tema de artigo a ser conferido nesta edição. A autora nos convida à reflexão sobre as inconsistências da legislação atual, que já não responde, com a desejável eficiência, aos desafios das técnicas “modernas”, mais sofisticadas, de desvio e lavagem de dinheiros públicos. No Brasil de hoje, estamos vivenciando um fenômeno desconcertante: em certos espaços de sua atuação, as leis envelhecem antes mesmo de serem publicadas.

O papel do Conselho Nacional do Ministério Público, órgão criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, é outro tema revisto nestas páginas, com peculiar descortino. Outros assuntos, dentre eles a nova disciplina constitucional da filiação, a preservação do meio ambiente cultural, a adoção e o direito constitucional à convivência familiar, o voto obrigatório na eleição para os poderes Executivo e Legislativo e o controle externo da atividade policial, todos suscetíveis de grandes polêmicas, foram abordados em textos elegantes e de indiscutível rigor técnico e teórico.

Seguindo a tradição, o corpo editorial homenageou neste número o procurador de Justiça Fábio Cabral, que nos lembrou sua exitosa passagem como membro ativo do Ministério Público com o texto, de fina tessitura literária, do seu discurso de posse, fato ocorrido em junho de 1987.

O homenageado ingressou no Ministério Público de Alagoas em 1973, como “Promotor Público” de Igreja Nova, sendo promovido, por merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos de 2a. Entrância. Atingiu a entrância mais elevada em 1980, igualmente por merecimento, passando a ser titular da 10ª Promotoria de Justiça da Capital. Convocado à segunda instância em 1980, foi promovido ao cargo de Procurador de Justiça em 1987, exercendo-o por vinte e cinco anos perante a Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça. Cargo no qual se aposentou em 31.10.2012, após 39 anos de serviços prestados ao Ministério Público de Alagoas.

Legítimo preito que lhe dedicam seus pares e amigos, para quem o Dr. Fábio Cabral continuará sendo uma presença constante no Ministério Público pelos edificantes exemplos de amor à causa do conhecimento que se traduz em trabalho pela força das ideias – síntese da *praxis* que transforma teoria em ação política em prol do bem comum.

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

Procurador-Geral de Justiça de Alagoas

Discurso de saudação a **EDUARDO TAVARES MENDES**,
quando de sua posse como sócio do IHGAL, proferido pelo
consócio **ÁLVARO ANTÔNIO MELO MACHADO**
Maceió, 14/11/2012

Este é um momento de muitos significados, especialmente pela gama de emoções que se mesclam. Emoção dos que já usufruem e compartilham a grandeza desta Casa pela chegada de mais um companheiro para partilhar desafios e lutas experimentadas pelos que militam entre essas paredes que guardam história e vida. Emoção de quem chega para integrar este grupo de guardiões de um valiosíssimo patrimônio da história de Alagoas e do Brasil.

Emoção minha, pessoal. De quem, há exatos dois anos, estava nesta mesma situação, quando fui agraciado pelo privilégio de adentrar nesta Casa das Alagoas como sócio efetivo. Percebo, hoje, com muita felicidade, que mantenho a mesma férrea vontade de oferecer o melhor de mim, a contribuição modesta, mas autêntica, para a consecução do ministério abraçado pelo nosso Instituto Histórico.

Emoção particular pela honrosa missão de saudar este nosso novo confrade – meu estimado amigo Eduardo Tavares Mendes – como o mais novo sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, preenchendo a cadeira nº 57, do singular patrono Joaquim Inácio Loureiro e anteriormente ocupada pelo querido e saudoso consócio José Sebastião Bastos.

Eu e Eduardo Tavares somos de trajetórias profissionais diferentes, mas alicerçadas na mesma identidade cultural e na mesma solidez de princípios e de formação familiar. Além de laços de família que nos aproximam, tivemos, também, quase que ao mesmo tempo, a oportunidade de incursões no universo jornalístico, ambos militando na Gazeta de Alagoas, outro baldrame para o caminhar que depois trilharíamos, caminhar distinto, mas, como sói acontecer neste nosso querido torrão, as sendas daqueles que se dedicam ao mister público sempre se encontram, tal qual conosco aconteceu.

Mas há algo que me aproxima sobremaneira de Eduardo Tavares Mendes: as nossas origens. Somos ambos ribeirinhos, ambos sertanejos paridos juntos às mesmas margens do *Velho Chico*, de tanta afeição para nós. Eu venho de Pão de Açúcar e Eduardo de Traipu. O Rio São Francisco tem para nós um significado especial. Nossa terra, nossa gente, tudo começou e cresceu a partir do rio e em função da majestade de suas águas. Essa é a expressão marcante que estará sempre impregnada na nossa memória, pois para nós o *velho Chico* será sempre o nosso bravo “Opara”, o rio-mar cantado por Jorge de Lima, na sua belíssima “Rio de São Francisco”¹

*[...] E o rio desce.
E um dia os riachos,
as torrentes,
as nuvens,
os outros rios vêm visitar o rio Opara.
E ele, para receber todas as águas
arreda as gentes das margens,
cresce,
corre rugindo nas pedras. [...]*

Ele nos une na doçura de suas águas e no despertar pela pungência vivida por um rio outrora tão caudaloso e hoje sofrendo as consequências das desastrosas intervenções humanas, como bem afirma o próprio Eduardo Tavares no seu artigo “Rio de Lágrimas”, em que ele desabafa:

Para o povo do rio, resta a esperança que nos faz sonhar com melhores dias para tantas comunidades que dependem do seu vigor. Como gente da região, resta-nos o consolo da solidariedade do sertanejo, da sua garra e do seu destemor, o que nos faz afirmar, repetindo o cançãoeiro popular, que “em nossas veias corre sangue com areia daquele velho chão caboclo”.

¹ LIMA, Jorge de. **Poesia Completa**. Organização, Alexei Bueno; Textos Críticos, Marcos Lucchesi [etal.]. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 1997, p. 239-244.

Esse *velho Chico* irriga a terra árida e dá vida ao sertão, e também irriga a sociedade alagoana, colocando-se como um celeiro de homens e mulheres com trajetórias marcantes em vários e diferenciados campos, vindos das terras que margeiam suas águas.

O nosso Instituto Histórico acolheu e acolhe muitos desses ribeirinhos², patronos ou ocupantes de cadeiras no nosso sodalício. Da histórica e bela Penedo temos Teotônio Ribeiro e Silva, Antônio de Freitas Cavalcanti, Carlos de Barros Méro, Carmen Lúcia Dantas, José Damasceno Lima, Dom Adelmo Cavalcante Machado, Manuel Clementino do Monte, Ernani Otacílio Méro, José Próspero Caroatá, Elysio de Carvalho, Francisco Inácio de Carvalho Moreira – o Barão de Penedo –, Jurandir Gomes, Gilberto de Macedo, José Sílvio Barreto de Macedo.

Da minha querida Jaciobá, temos Francisco Henrique Moreno Brandão, quiçá nosso maior historiador; Luis Nogueira Barros, nosso Secretário Perpétuo; Olavo de Freitas Machado e a minha modesta pessoa. De Neópolis, a ribeirinha sergipana, temos Alexandre Dantas Cavalcante. Da airosa Piranhas, Rosiane Rodrigues Cavalcanti. Da bela Traipu, Luiz de Medeiros Neto, José Medeiros e, agora, o nosso novo e ilustre consócio Eduardo Tavares Mendes.

Eduardo vem de Traipu, corruptela de *ityra-ipu*, significando “*olho d’água do monte*”, a “*fonte do morro*”, homenageando o outro rio que banha o município, vindo de Pernambuco e que, descendo os morros, deságua no São Francisco.

Ao olharmos a belíssima trajetória de vida de Eduardo Tavares, podemos dizer que ele incorpora também o outro significado de *ityra-ipu*: “*arrojado*”.

Sim, pois Eduardo coloca-se de forma arrojada no cenário da vida alagoana. Graduado pela UFAL, com larga experiência no direito público e penal, foi promotor, é procurador de justiça e, atualmente, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas. É vice-presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e teve destacada atuação à

² BARROS, Francisco Reynaldo Amorim. **ABC das Alagoas** – Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas. Edições do Senado Federal, 2005.

Disponível em: http://www.abcdasalagoas.com.br/public_html/

frente da Associação do Ministério Público de Alagoas. Ocupou ainda a direção da Confederação Nacional do Ministério Público para o Nordeste.

Sou testemunha privilegiada do esforço e da dedicação que Eduardo Tavares, no exercício da nobre missão de Procurador-Geral de Justiça, tem dispensado para superar impasses próprios da gestão pública, especialmente numa Alagoas prenhe de graves e complexos problemas.

Contrariando a ideia trazida por suas posições vigorosas, Eduardo Tavares Mendes é homem avesso à turbulência e que usa à exaustão o diálogo, a sobriedade, a temperança, o comedimento. E sabemos todos que essas são as atitudes que constroem, que somam.

Discípulo de Pontes de Miranda, buscou no grande mestre a filosofia humanista que norteia suas ações. Mas o nosso operador do Direito, a despeito do seu estilo dialógico, como democrata que é, faz com muita firmeza o bom combate, como dito por Paulo Apóstolo. Ao tempo em que age com austeridade, exigindo e cobrando em nome da sociedade, da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais, Eduardo Tavares vem demonstrando sua capacidade empreendedora, atuando em várias frentes, fortalecendo a instituição mediante valorização dos seus quadros, adequação de estruturas e efetiva inserção do Ministério Público Estadual no mundo virtual, por diferentes meios.

Mesmo sendo difícil eleger uma marca para descrever sua profícua gestão à frente da Procuradoria-Geral de Justiça de Alagoas, destaco o que, a olhos vistos, tem sido tão sobejamente exposto pelos seus próprios pares: a harmonia interna, a solidariedade, a independência entre os membros, o sentimento maior de que, hoje, graças a esse congraçamento de princípios, o Ministério Público de Alagoas é uma instituição efetivamente preparada para grandes desafios.

Minhas senhoras, meus senhores.

O nosso novo consócio é, do mesmo modo, detentor de várias honrarias, outorgadas por instituições da área jurídica e por outras organizações da sociedade, nos revelando essa personalidade plural.

São inúmeras essas condecorações, não apenas no campo do Direito, mas em várias outras áreas, concedidas por lúdicas representações da sociedade civil e militar, reconhecendo os serviços prestados pelo Dr. Eduardo Tavares a Alagoas e ao Brasil e nos lembrando da frase de Aristóteles: “A grandeza não consiste em receber honras, mas em merecê-las.”

Algumas das distinções recebidas por Eduardo Tavares me chamaram particularmente a atenção por revelarem uma face riquíssima deste nosso novo consócio. Foram as comendas: “*Escritor Olavo de Campos*” da Academia Maceioense de Letras; “*Escritora Heliônia Ceres*” e “*Jurista Silvio de Macêdo*”, ambas do Sindicato dos Escritores do Estado de Alagoas; e “*Dr. Volney Cavalcante Leite*” da Associação Alagoana de Imprensa.

O lado escritor de Eduardo Tavares Mendes não surpreende, já que todo desafio a que ele se lança, o faz com competência e brilhantismo. A grata surpresa vislumbra-se quando, por meio do seu olhar e da sua verve, somos transportados por temáticas e questões do cotidiano da nossa sociedade que nos levam a interessantes reflexões. Ao escrever, o nosso confrade projeta-se para além da área jurídica, abordando aspectos da política, da religião, das suas origens, da vida, enfim. Vê-se, rapidamente, que o nosso operador do Direito não espelhou-se apenas no Pontes de Miranda jurista, mas abeberou-se também do Pontes poeta, do Pontes humanista, do Pontes que ensina que

quem se contenta em ler apenas lei é um louco, um criminoso que o código esqueceu de enquadrar.

Eduardo Tavares reúne e traz à discussão uma rica experiência acumulada não apenas no seu múnus público, mas também como educador, com presença marcante como Professor de Direito do CESMAC, Coordenador do Curso de Direito e Diretor da Faculdade de Direito de Maceió, influenciando de forma destacada na formação dos nossos bacharéis.

E sua escrita, essa vertente da sua inteligência, tem-se tornado pública nas páginas de nossos jornais e também no ambiente democrático da rede mundial de computadores. Encontrei no espaço virtual o “Duca Mendes” blogueiro³. Um *blog*, como ele mesmo afirma,

³ Duca Mendes <http://ducamendes.blogspot.com.br/>

destinado à divulgação “de artigos sobre vários temas publicados na imprensa de Alagoas, ao longo dos anos, além de abrir um canal de comunicação com a sociedade”.

Demonstra, assim, nosso Procurador e consócio, que o fato de estar colocado em um dos mais altos postos de poder no Estado, que reclama uma postura de seriedade e sobriedade, não se contrapõe à expectativa de um homem público, expondo sem medo suas opiniões e suas ideias, explicitando conceitos e percepções, caracterizando-se, assim, como homem do seu tempo, ligado nas mudanças e avanços da modernidade e também como um educador, que se coloca dentro da perspectiva apontada por Gadotti⁴, um dos maiores educadores brasileiros, quando afirma que

Não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem educadores. [...] Eles fazem fluir o saber, não [apenas] a informação, o puro conhecimento, [mas] constroem sentido para a vida das pessoas e para a humanidade e buscam, juntos, um mundo mais justo, mais produtivo e mais saudável para todos. (Grifo meu)

E o nosso “Duca Mendes” (já me atrevo a usar esse possessivo!) também carrega outra, por que não dizer, virtude, a de “singrar mares e rios”, seja a bordo do barco “Catarine”, quando em alto mar, seja a bordo do “Catita do Rancho”, quando navega nas águas límpidas do velho Chico, junto com seus familiares e amigos. Um hobby que, além do deleite que lhe proporciona, também faz com que mergulhe nas águas as vicissitudes dos inúmeros encargos do dia-a-dia.

Mas, meus amigos, foi nos escritos de Eduardo Tavares Mendes que encontrei com clareza cristalina as várias nuances do nosso novo consócio: embora prepondere a sua atitude serena e equilibrada, algumas vezes ele cede à paixão, à contundência e à incisividade; em outras vezes, o percebemos tomado por pura emoção. Qualidades que se coadunam com aquilo que Vargas Llosa⁵ diz intervir de forma determinante na criação literária, que alia o exercício da “razão e da

⁴ GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008 (Educação Cidadã, 2), p. 27.

⁵ VARGAS LLOSA, Mário. **Cartas a um jovem escritor**: “Toda vida merece um livro”. Rio de Janeiro:Elsevier, 2006, p. 180.

inteligência” a atributos como “a intuição, a sensibilidade, a conjectura”.

Serenidade, equilíbrio e contundência se evidenciam quando analisa a atuação do Ministério Público em nosso País e enfatiza que se faz necessária a “pluralidade de órgãos e agentes públicos na atividade investigatória, porque só assim, com espírito republicano, poderemos dar segurança à sociedade brasileira”. E acrescenta que “não podemos esquecer que parte das dificuldades [do MP] é consequência, também, das deficiências do aparelhamento judiciário, da morosidade dos ritos, do medo das testemunhas, da burocracia e da má formação policial”.

Ou ainda quando fala da proximidade entre autonomia política e crescimento econômico, focando uma questão recente e que acompanhamos de perto, que é a luta pela construção do estaleiro em Alagoas. Diz Eduardo Tavares:

O trabalho, em sua dimensão ontológica, reproduz a cada dia a luta do homem sobre a natureza por melhores condições de vida. Não sendo materialmente possível suprir as demandas do consumo humano sem um mínimo de interferência no meio ambiente, deve-se procurar o caminho do desenvolvimento pela via da sustentabilidade, conceito no qual o homem é a criatura central. [...]

Noutro artigo, ele coloca a política como arte e nos instiga a uma reflexão sobre essa realidade que nos envolve a cada dois anos, ressaltando que:

A experiência adquirida em anos e anos de subdesenvolvimento, de dificuldades e de desajustes impostos ao País, pode ensinar-nos a ter uma participação mais efetiva na vida política do nosso vasto território, cobrando, questionando, sugerindo e, sobretudo, escolhendo governantes que tenham como meta prioritária o desenvolvimento, a paz e a justiça social.

E o nosso Procurador, adentrando por outros meandros, nos leva pelos caminhos da fé e da tradição religiosa, descrevendo com

cargas de emoção a devoção por Nossa Senhora do Ó, padroeira da sua querida cidade:

A pequena Traipu [...] é rica em valores locais e universais e [...] a religiosidade dos seus filhos é marcante. Lá, da colina sobre o rio São Francisco, é Nossa Senhora quem exerce, realmente, a função de protetora de toda aquela gente pacata e hospitaleira [...] que [...] tem enfrentado, com altivez, com coragem e com força de vontade, todos os desafios da vida.

Minhas senhoras, meus senhores, amigas e amigos,

É para esse homem de aguçada sensibilidade, como demonstrado nesses meus breves destaques, que o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas abre suas portas, extasiado por recebê-lo, especialmente porque todos aqui, coligados, temos a consciência cristalina do quão importante é tê-lo entre nós, meu caríssimo Eduardo Tavares. Do quão relevante serão seus aportes para que esta Casa se mantenha e se consolide cada vez mais como referencial da história e da cultura de Alagoas, e, também, como farol da sociedade no respeito aos princípios da ética, da moral, da honradez, da decência.

Pertencer a esta Casa representa a oportunidade de ser parte ativa deste que é o terceiro Instituto Histórico e Geográfico mais antigo do Brasil; de ser corresponsável pela guarda de tesouros seculares, como a Coleção Arqueológica, cujas principais peças são oriundas da Região Amazônica; a Coleção Marroquim, cujo acervo foi colhido em território alagoano; a Coleção Etnográfica Indígena, com quinhentas peças; e a Coleção Perseverança, única no Brasil em sua amplitude relativa aos cultos afrobrasileiros e que marca o dramático e incomparável momento de intolerância religiosa sem igual no País, acontecido aqui em Alagoas.

Pertencer a esta confraria, num sentido mais abrangente do termo, representa poder compartilhar desígnios e interesses prazenteiros, por essa possibilidade de fraternal convivência e usufruto do saber e da experiência desse seletivo grupo de homens e mulheres, reunidos sob a liderança do nosso querido Professor Jayme Lustosa de Altavila, que dirige esta Casa com expertise e cuidadoso apreço, sem perder a

perspectiva do momento, da contemporaneidade, da vida que pulsa fora dessas paredes.

Por isso, meu estimado Eduardo Tavares Mendes, o recebemos com muito júbilo. Seu pertencimento a este Instituto lhe faz um especialíssimo companheiro na missão que abraçamos. Uma missão que não se exaure, que nos acompanha e nos envolve, que estabelece um vínculo que, se um dia lhe pareceu distante, foi-se achegando a cada dia, seduzido pela sua brilhante trajetória e, de agora em diante, não mais fenecerá, como tão bem nos evoca o grande Ledo Ivo ao cantar “A beleza da terra”⁶:

*Longe mudado em perto, como todos
os longes verdadeiros.
Ó longe que é da terra, como em pão se mudam as farinhas.
Existo na distância, e meu olhar
bebe a sombra de lua e invernias.*

MUITO OBRIGADO!

⁶ IVO, Ledo. **Poesia Completa** (1940-2004). Maceió:Topbooks, 2004.

Discurso de posse no IHGAL de
EDUARDO TAVARES MENDES (14/11/2012)

É com imensa alegria que tomamos posse, nesta oportunidade, como membro efetivo deste prestigiado e tradicional Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, na qualidade de titular da cadeira nº 57, patroneada pelo jornalista e educador Joaquim Inácio Loureiro e ocupada, até o ano recém-findo, pela figura ímpar do desportista José Sebastião Bastos.

O ingresso neste sodalício deixa-me não só muito feliz como profundamente honrado: não bastassem as relevantes finalidades do Instituto na seara da História, da Geografia, da Arqueologia e da Antropologia, as grandes personalidades que aqui estão e que por aqui passaram revelam a grandeza desta Casa mais do que centenária de que agora faço parte.

Cito, apenas para exemplificar, os nomes de Silvério Jorge, Dias Cabral, Medeiros Neto, Diegues Júnior, Osório Gatto, Anfilófilo Jayme de Altavila, Demócrito Gracindo, Hélio Cabral, e tantos outros que, a partir de sua instalação, em 2 de dezembro de 1869, sob a coordenação do 33º Presidente da Província das Alagoas, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, até tempos recentes, nos legaram a missão e o papel de guardiões da cultura e da memória das Alagoas.

Quero salientar aqui a importância da História como ciência e instrumento de pesquisa para o desenvolvimento da sociedade humana. O crítico literário Jean-Didier Wolfromm lembrou que

[...]nossa curiosidade sobre as coisas do passado não tem fim. Jamais nos sentiremos saciados de saber se era antes, de outro modo ou noutro lugar, que deveríamos ter nascido.

Penso ser inaceitável hoje conceber a História apartada da Filosofia. O intenso desenvolvimento das ciências sociais no século XX, reflexo dos novos paradigmas metodológicos criados pelos filósofos do Iluminismo e pelos pensadores alemães dos séculos XVIII e XIX, propiciou esse encontro fundamental.

Dentre esses pensadores impende citar os nomes de Immanuel Kant, Hegel e Karl Marx. Esses gigantes do pensamento universal transformaram o estudo da História, antes vista como um simples relicário de fatos, datas e nomes, em uma ferramenta para a compreensão das “leis ocultas” que movem os passos da civilização.

Não existe nada que não tenha a sua história: o homem é um ser histórico na sua dimensão social, e ao mesmo tempo em que constrói a sua história, ele é por ela constituído como sujeito de fato e de direito.

O historiador, no marco do conhecimento moderno, deixou de ser um observador contemplativo dos movimentos sociais, dedicado à mera descrição de uma dada sucessão de fatos, para tornar-se o analista credenciado das relações de poder que condicionam esses fatos e os dispõem em uma sequência quase inevitável.

O mundo avança por caminhos traçados de acordo com uma geometria política regida por leis dificilmente contornáveis.

Não estou a defender o determinismo histórico. Mas a reconhecer que, embora não seja sujeito passivo dos acontecimentos, o ser humano não influi, enquanto indivíduo, no curso das grandes narrativas. As grandes narrativas humanas dependem de fatores materiais, políticos e econômicos que seguem uma lógica própria até se esgotarem pela dinâmica das necessidades emergentes.

Acerca dessa questão, Marx registrou, com lapidar proficiência, que

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas legadas e transmitidas pelo passado.

“Fazer história” não significa apenas documentar acontecimentos grandiosos ou escrever páginas laudatórias a respeito dos “grandes vultos” do passado, mas identificar, na marcha das gerações e de suas instituições (Estado, Família, Direito, Religião, Educação, Mercado etc.), os sinais dos processos de mudança e os mecanismos que os alimentam.

Estimulados por essa textura epistemológica, torna-se razoavelmente fácil responder a indagação posta pelo historiador Voltaire Schilling: “É possível extrair-se algum sentido dessa sucessão

de guerras, de grandes confrontos bélicos, de destruição de templos e cidades inteiras, [...], do desaparecimento de antigas e da emergência de novas civilizações que marcaram a história da humanidade?” Direi que sim, que a História tem a sua lógica, e compreendê-la implica a formulação de um método apto a penetrar o âmago do discurso civilizatório.

O objeto da História é a cultura. O pesquisador deve debruçar-se sobre a cultura para entender o fluxo das mutações gerais dentro de uma dada formação social em uma determinada época.

Para cumprir bem o seu papel, o historiador precisa munir-se de um método compatível com o objeto que ambiciona desvelar: como saímos da pré-história para a comunidade primitiva? desta para o escravismo, cumprindo diversas etapas até chegar aos dias de hoje, na emergência da globalização?

Estudar a história não significa registrar o que os homens fizeram, mas compreender as engrenagens criadoras das circunstâncias que deram homens como aqueles, com suas ideias e visões do mundo, em seu tempo e espaço próprios, e os levaram a agir exatamente como agiram.

Trata-se, no caso, das chamadas “fontes históricas”, cujo estudo, interpretação e sistematização podem levar, por dedução, a novas teorias da História. Prova da existência de leis que regem a aventura humana podemos encontrar no fato de que o passado não se repete, ou não se reproduz, salvo como tragédia ou como farsa, como escreveu o pensador alemão Karl Marx.

História, Filosofia e Política são disciplinas autônomas, é bem verdade, mas atuam no campo das ciências sociais e compõem a grande trilogia do tempo, atuando em permanente e recíproco vir-a-ser. Todas elas têm seu método específico, mas, ao modo dos galhos de uma árvore, constituem o tecido capilar por onde a seiva do conhecimento flui e irriga a vida dos grupos humanos.

As ciências naturais cuidam dos problemas da existência com os vastos recursos do método experimental, que as impregna de uma noção de certeza quase matemática.

A Física newtoniana conseguiu desvendar, no século XVII, as regras até então misteriosas do funcionamento do Cosmo. Kant, o

filósofo indispensável, na busca de aproximação entre as ciências do espírito e o conhecimento empírico, edificou as bases da Filosofia da História no século seguinte, com vistas a pesquisar cientificamente os fenômenos mundanos à luz do racionalismo cartesiano, na conformidade da síntese “Penso, logo existo”. Uma filosofia, portanto, de inspiração racional, porém configurada no ideal metafísico que conduz tudo que existe à Razão Suprema, isto é, a Deus.

Ele concebeu um modelo racional de História que se volta para o passado para compreender melhor o presente e o futuro. Um modelo eminentemente hermenêutico, cuja noção de verdade e de certeza está sempre exposta à crítica.

Nessa cosmovisão, a História seria o meio necessário mediante o qual a humanidade alcançaria a ordem absoluta, porque as leis que regem o mundo são universais e se dirigem à realização do ideal de progresso com ordem e segurança.

No século seguinte, Marx trabalhou conceitos novos, identificados com a doutrina do materialismo dialético. Era imperioso resgatar o nexos causal entre os fatos históricos e os seus antecedentes políticos e econômicos, expondo esses fatos a fenômenos como produção, mercado, capital e o que chamou de “luta de classes”.

Antes dele, Hegel, influenciado pelas ideias de Rousseau e Kant, desenvolveu a noção relacional entre a mente e a natureza, entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível. De suas lucubrações chegou ao postulado de que “a mente manifesta-se em um conjunto de oposições e contradições”, que só se resolvem pela superação de uma força – tese – por outra – antítese – na construção da síntese, que representa um avanço sobre o estágio anterior. *E por aí segue a História...*

Este sistema, matriz do raciocínio dialético desde a Antiguidade Grega, foi aperfeiçoado por Hegel, em um primeiro momento, e depois por Marx, e constitui a própria substância do conhecimento da História que, nesse outro nível teórico, pode servir como instrumento de conscientização dos homens para a tarefa científica de construção de um mundo melhor.

A propósito do tema, parece-me de interesse explicitar a relação existente entre certas conjunturas políticas e sociais com o

aparecimento de ideias científicas e de personagens da Filosofia que marcaram os quatro mil anos da civilização.

Sobre esse pano de fundo, o pensador franco-argelino Louis Althusser nos apresentou, em livro de 1971, uma conjunção de acontecimentos políticos e científicos representativos de modificações importantes da conjuntura política, social e econômica anterior.

Ele nos lembrou que a constituição do Império Macedônio, que coincide com o fim do sistema de governo das cidades gregas, vem acompanhada da ideia de uma ciência biológica atrelada às concepções de Aristóteles.

A constituição do Império Romano escravista seguiu a ideia de uma nova Física e testemunhou o nascimento da doutrina dos estoicos. Por outro lado, o desenvolvimento das relações jurídicas mercantis sob a Monarquia Absoluta, no século XVIII, emoldurou a Física de Galileu Galilei e o pensamento de René Descartes.

Do mesmo modo, a ascensão da burguesia após a Revolução Francesa alinhou-se à refundição da Física por Newton e às ideias de Kant.

O cientista britânico Eric Hobsbawm, já citado, jamais escondeu suas preocupações de, enquanto historiador, “aprimorar as análises históricas para criar mecanismos mais eficientes de predições econômicas e sociais”.

Destaco, agora, o papel do historiador que retira e preserva os tesouros do passado, interpreta a história e aprofunda sua consciência sobre a realidade presente, ajudando o homem a refletir sobre a condição humana e a transformá-la em seu benefício.

Refiro-me ao historiador que, na qualidade de um autêntico cientista, colhe dos fatos sua essência, isto é, as leis internas de seu desenvolvimento e as oferece ao mundo político, a quem cabe operar as mudanças que a sociedade tanto reclama. Este é o começo daquilo que Dany-Robért Difú chamou de “grande narrativa libertadora”.

Convém observar, por oportuno, que a ligação com o cotidiano tem tornado a História cada vez mais fascinante para o homem comum, interessado em comparar o mundo moderno com a realidade de décadas e séculos atrás e, a partir daí, extrair elementos de cognição que lhe permitam avaliar se estamos avançando em áreas

tão sensíveis como a dos direitos humanos, das liberdades públicas e da democratização do exercício do poder de Estado.

Além de se empenharem na compreensão dos mitos, das guerras, dos governos, da política, dos santos e dos heróis, os historiadores começam a pesquisar a história do medo, do corpo, da moeda, da arte, da indumentária, da escrita, das línguas, enfim, dessa miríade de fatos do cotidiano, dando ensejo à criação de novos campos de pesquisa em setores como a paleografia, a numismática, a estética, a filologia e a etnologia.

A história já registrou grandes rupturas nos tempos mais recentes, vale dizer, da Idade Média à Contemporaneidade, e a cada ciclo novas rupturas surgem. O escravismo foi substituído pelo feudalismo, que teve sua origem na decadência do Império Romano e se caracterizou por relações de produção de servilismo, baseadas na propriedade privada da terra e na economia sem comércio. Ao feudalismo se seguiu o capitalismo.

Em 1917, trabalhadores urbanos e camponeses russos protagonizaram uma revolta armada de massa e tomaram o poder da monarquia czarista, implantando o fim da propriedade privada dos meios de produção, inclusive a terra, e a economia planificada.

Mais do que uma simples ruptura, uma verdadeira revolução político-social que levou à derrocada das estruturas semifeudais do país e se autoproclamou socialista.

A experiência vivida pela ex-União Soviética, liderada pela Rússia, durou 74 anos até implodir, em 1991, diluindo-se na tempestade da Glasnost e da Perestroika de Mikhail Gorbachev.

O que parecia sólido tornou-se fluido: o socialismo soviético não passou de uma miragem e, portanto, desvaneceu-se. Com o fim do socialismo no gigante eurasiático, o cientista político Francis Fukuyama prognosticou o “fim da História”: **no seu entendimento, a inexistência de uma força antagônica ao capitalismo tornava a História irrelevante.**

Ledo engano! Vivemos hoje uma realidade na qual o capitalismo, corroído por frequentes crises estruturais e cíclicas, não tem se mostrado capaz de concretizar as esperanças de uma população que, aqui e alhures, aspira a remodelar o mundo e a torná-lo um lugar mais digno para todos.

E o que temos hoje? O poder econômico toma conta de tudo; o capital não tem pátria nem compromisso social: não respeita a liberdade das minorias, a diversidade cultural, a autodeterminação dos povos, os direitos humanos nem o meio ambiente.

Temos que nos preocupar com o nosso planeta, com a vida em todas as suas formas e manifestações.

O ex-Primeiro Ministro da extinta União Soviética, Mikhail Gorbachev, afirmou: “Com toda a diversidade de sistemas sociais e políticos, este mundo é um só. Somos todos passageiros a bordo de uma nave, a Terra, e não podemos deixar que ela naufrague. Não haverá uma segunda arca de Noé”.

A natureza é, na verdade, o útero do qual saímos todos, e a humanidade dela se afastou pela cultura; mas ao seu regaço um dia voltaremos, como filhos pródigos e, talvez, como filhos ingratos também. Ninguém mais ignora a simbiose existente entre a Geografia e a História.

A Geografia, enraizada na ampla descrição dos aspectos físicos do mundo e de sua impressionante variedade cartográfica, constitui-se em ciência da compreensão de uma paisagem global do tipo homem-território.

Conquanto forte no aspecto exterior da Terra, a Geografia deve unir o natural e o social e promover uma prática humana que nos leve ao conhecimento mais profundo da relação entre o homem e a natureza.

Deve ser vista como espaço destinado a abrigar as interações do domínio orgânico com o inorgânico, do ser humano com os demais âmbitos da natureza (a biosfera, a atmosfera, a litosfera e a hidrosfera) e a promover uma visão humanística sobre toda a complexidade biofísica do mundo.

As modernas tecnologias da informação estão literalmente diluindo as fronteiras estatais: o que se passa na China distante chega às mais diversas regiões do planeta com uma imediatidade meteórica.

As empresas multinacionais se expandem com voracidade, o que reduz Estados nacionais a simples sucursais de uma rede corporativa transnacional que controla a economia globalizada.

Esses novos fenômenos geopolíticos e econômicos impõem desafios àqueles que desejam se aprofundar no conhecimento do que se passa no mundo atual. É nesse instante que percebemos a importância do estudo integrado da história com a geografia, do tempo com o espaço, para concluir sobre a impossibilidade de uma história sem geografia ou de uma geografia sem história.

Abro agora um largo parêntese para falar sobre o Direito. Como homem da ciência jurídica, tenho estudado a história do Direito no mundo e, em particular, no Brasil. Dentro desse estudo, tenho me aprofundado na pesquisa sobre a história da justiça e do Ministério Público Brasileiro, Instituição da qual faço parte e que tantos e tão relevantes serviços tem prestado à nossa sociedade.

Entre nós, o surgimento de uma instituição parecida com o Ministério Público se deu com o Tribunal da Relação, na Bahia, quando foi criada a figura do Procurador dos Feitos da Coroa e da Fazenda e Protetor dos Interesses dos Órfãos e das Viúvas, isso no ano de 1609.

Daí dizer-se que o chamado *parquet* brasileiro tem 400 anos de existência. Começou a surgir ali o primeiro traço do que viria a ser o Ministério Público da atualidade, uma Instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado.

Entidade autônoma, una e independente, promotora da justiça social, vocacionada à defesa do regime democrático e dos direitos mais elementares da sociedade, tem sido, ao longo dos anos, um sustentáculo da Constituição republicana e da justiça.

Dessa forma, o Ministério Público vem fazendo a sua hora, influenciando na história do Brasil, mudando rumos equívocos e ajudando a promover o aprimoramento social, a ponto de ser considerado hoje a grande esperança do povo sofrido e espoliado deste País de tantas iniquidades.

Com esse discurso, quero ratificar a minha disposição de aprofundar os estudos sobre essa Instituição que vem a ser uma das mais importantes do mundo na atualidade e que tem como uma de suas mais sublimes missões reduzir o grande fosso que, em pleno século XXI, ainda existe entre a nação e o Estado, entre o povo e o poder público.

Espero, sinceramente, contar com o inestimável apoio de meus ilustres pares, mormente daqueles oriundos do Ministério Público, para dar cobro a essa edificante tarefa.

A nossa grande missão como cidadãos da era tecnológica vem a ser o aprimoramento político e social da nação brasileira. “Nada mais prejudicial para uma nação”, dizia Bismarck, “que os seres humanos espertos serem considerados sábios”.

Apesar do uso predatório da tecnologia, da suspeitíssima política nuclear disseminada nos cinco continentes, das guerras que eclodem por toda parte, dos genocídios, das constantes agressões aos direitos humanos, apesar da fome que se abate sobre boa parte dos países da África, da Ásia e das Américas Central e do Sul, ainda acredito no homem. Sou um otimista porque sou um homem de fé, e o otimismo é a fé em ação.

Senhoras e senhores. Senhor presidente.

Honra-me, digo mais uma vez, fazer parte desta Instituição, onde militam uma plêiade de mulheres e homens tão importantes como as senhoras e os senhores, todos baluartes do saber, e alguns, no meu sentir, lendas vivas da cultura alagoana, como Milton Hênio, Marcos Melo e Jayme de Altavila.

Enalteço aqui o papel da mulher pesquisadora, historiadora, geógrafa, escritora, poeta, musicista, gigantes da nossa cultura e, nesse passo, saúdo as intelectuais Teomirtes Barros, Selma Brito, Solange Chalita, Venússia de Barros Melo, Rosiane Rodrigues, Carmem Lúcia Dantas, Silvana Quintela Cavalcante, Maristher Moura Vasconcelos, Nádia Fernanda de Amorim e Ângela Maria Canuto.

Dizem que os homens conquistaram o mundo, mas com certeza, foram as mulheres que o proveram de beleza, de vida, de amor e de paz.

Paz é o grande tema da atualidade. Ela está no cerne da busca ingente do cidadão, dos povos civilizados, dos juristas, dos cientistas, e cabe aos historiadores estarem atentos a essa grande jornada humanitária e planetária, acompanhando, registrando, para que um dia possamos afirmar que o Sumo Pontífice João XXIII estava certo quando dizia: “Justiça é o novo nome da paz”. Plantemos justiça, pois, e colhemos a paz.

É motivo de muita satisfação falar agora sobre o grande alagoano Joaquim Inácio Loureiro, professor, político e jornalista, patrono da cadeira 57 deste Instituto. Seus atributos morais e sua inteligência são características que o fizeram um dos homens importantes desta terra no campo das letras, do magistério, da política e do jornalismo, conforme depoimentos de seus contemporâneos.

O mestre Loureiro nasceu na zona rural, mais precisamente no sítio Campo Grande, na antiga cidade de Alagoas, hoje Marechal Deodoro, no dia 30 de outubro de 1846. Seus pais, Joaquim Inácio Loureiro e dona Francisca Inácio Loureiro, muito o incentivaram a iniciar a sua caminhada através do magistério

Com apenas 16 anos de idade, começou a ensinar. Em agosto de 1861, participou de um concurso em que foram examinadores os professores José Alexandre Passos, Camilo de Sales Pereira e José Antônio Bahia da Cunha, conhecidos por agirem com austeridade e com rigor em certames daquela natureza. Aprovado, foi nomeado professor vitalício na cidade de Matriz do Camaragibe.

Em seguida, passou a lecionar na Barra de São Miguel, onde contraiu núpcias com dona Maria da Graça Pereira Loureiro, filha do português José Pereira dos Santos, capitão marítimo.

Desenhavam-se, ainda no início de sua juventude, os traços do grande mestre que Joaquim Loureiro viria a ser, “tendo se apropriado de novos métodos e de mais acrescentados conhecimentos, por força de lições obrigatórias e no trato com mestres experientes”, nas palavras do jornalista Augusto Vaz Filho em livro dedicado aos alagoanos ilustres.

Em novembro de 1871, foi nomeado Tenente do Batalhão de Reserva da Guarda Nacional. No ano seguinte, designado para dirigir a Escola Noturna de sua terra natal, permaneceu no cargo até 1874. Passou pelo Pilar, voltou para Camaragibe e de novo esteve em Alagoas (Marechal Deodoro), tendo sido removido posteriormente para Maceió.

Joaquim Inácio Loureiro fez parte da Escola Superior, anexa ao “Pedagogium”, que era uma espécie de senado de professores, de todo corpo docente do Estado, onde se discutiam as teses e práticas de interesse direto da instrução pública.

Em 1892, o Professor Loureiro foi nomeado lente de latim do Liceu alagoano, passando em 1894 a reger a cadeira de Escrituração Mercantil, onde permaneceu até novembro de 1896, quando se aposentou com 39 anos de serviço público.

O professor Joaquim Inácio Loureiro notabilizou-se, também, como político e como jornalista. Aurino Maciel observa que “onde quer que estivesse, foi o professor Loureiro dono de uma importante e vibrante pena a serviço do Partido Conservador.

O professor Loureiro foi um dos mais destacados jornalistas do seu tempo, sobressaindo-se não somente pelas atitudes desassombradas, mas também pelo estilo correto e brilhante dos seus artigos, tendo sido reconhecido como um argumentador provido de espírito culto e poder de síntese. Seus escritos eram claros, concisos e profundos, diziam os críticos da época.

Falecido em 1920, o professor Joaquim Inácio Loureiro dignifica a cadeira por ele inaugurada e que doravante tenho a honra de ocupar.

Senhor Presidente, minhas Senhoras, meus senhores.

A cadeira nº 57 deste venerável Instituto, na qual passo a ter assento, pertenceu ao ilustre jornalista, desportista, advogado e homem público José Sebastião Bastos, seu segundo ocupante.

“Bastinho”, como era popularmente conhecido, sucedeu na cadeira o Monsenhor José Luís Soares em 1999 e, no Parecer lavrado pela Comissão de admissão de Sócios que apreciou sua candidatura, consta que ele possuía “um currículo profissional bastante expressivo”, o que pode ser comprovado pelo rico acervo de cargos, funções e atividades públicas e privadas que exerceu durante sua profícua existência. Senão vejamos.

José Sebastião Bastos nasceu no dia 2 de dezembro de 1922 no bairro operário de Fernão Velho. Filho de Sebastião Bandeira Bastos e Maria Adalgisa Bastos, fez o curso primário no Grupo Escolar Cincinato Pinto, situado na Rua General Hermes, no bairro do Bom Parto. Neste ponto vale a pena registrar uma interessante coincidência: o local onde se ergueu aquela unidade de ensino foi o mesmo que serviu de residência ao ilustre jurista Jayme de Altavila, pai do atual presidente desta Academia, e que viria a ser professor de “Bastinho” no Lyceu Alagoano e, mais tarde, na Faculdade de Direito.

“Bastinho” teve uma breve experiência política em seu currículo, como vereador pelo município de Maceió na legislatura de 1951 a 1955. Foi jornalista e dirigiu o “Jornal de Hoje” durante 18 anos. Entre as atribuições que abrilhantam a sua colorida biografia constam as de presidente da Federação Alagoana de Desporto, presidente do Conselho Regional de Desporto; conselheiro da Ordem dos advogados do Brasil; presidente da Federação das Colônias de Pescadores de Alagoas; vice-presidente da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, conselheiro da Fundação Teatro Deodoro; conselheiro da Empresa de Recursos Naturais de Alagoas; conselheiro da Fundação Alagoana de Promoções Esportivas, a FAPE e diretor da Confederação Brasileira de Futebol, a CBF; Sua dedicação ao esporte foi notável, e as múltiplas atividades que desempenhou em Alagoas e no Brasil falam por si sós.

Na esfera pública, além de sua passagem pela Casa de Mário Guimarães, exerceu os cargos e funções de Inspetor de Educação do Município de Maceió, de comandante da Guarda Civil; de diretor do Departamento Estadual de Educação; de chefe de gabinete da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Alagoas; diretor administrativo do Serveal, Serviço de Engenharia do Estado de Alagoas, dentre outros.

José Sebastião Bastos prestou diversos e relevantes serviços à sociedade alagoana e brasileira, como pudemos constatar, e por isso foi alvo de inúmeras e merecidas homenagens. Em uma de suas saudações ao velho amigo, o radialista Lautheney Perdigão nos brindou com uma pérola de sua conhecida verve, ao registrar episódios pitorescos da vida de “Bastinho”. A certa altura, escreveu:

Na vida de nosso personagem aconteceram coisas incríveis. Foi presidente da Federação Alagoana de Desportos sem nunca ter chutado uma bola. Foi Comandante da Guarda Civil sem ter sido militar. Foi diretor administrativo do Serviço de Engenharia do Estado sem nunca ter sido engenheiro. Foi presidente da Colônia de Pescadores sem nunca ter lançado um anzol. .

Era essa a marca da personalidade inquieta de “Bastinho”, um homem versátil, inteligente, pragmático e realizador, que deixou para todos nós o legado de sua humildade e o amor à vida e ao trabalho.

Senhoras, Senhores, Senhor Presidente.

A esta altura, Peço vênica aos meus ilustres pares e à distinta plateia para fazer um breve relato de minha trajetória, toda ela vivenciada em nossa querida Alagoas.

Nasci na ribeirinha Traipu e criei-me brincando entre as caatingas e velejando nas águas caudalosas do Rio São Francisco , o “Velho Chico”. E sobre o Velho Rio, quero falar um pouco:

Como um amante da natureza, reafirmo aqui o que venho dizendo ao longo dos últimos anos nos congressos de meio ambiente de que tenho participado: estão matando o “Velho Chico”, onde canoas de “tolda” e grandes embarcações, como a “Tupi”, a “Tupiji” e a “Tupã”, agora só existem na lembrança dos tempos das enchentes.

Nas feiras, abundavam os frutos do generoso rio, os “mandins”, os “surubins” e os “carás”, ocasião em que a “Velha Candelária” unia os povos ribeirinhos, transportando seus pertencentes, contando suas histórias e louvando o seu folclore.

“As barragens e o desmatamento das cabeceiras”, escrevi em artigo publicado na imprensa local, “tem sido os maiores responsáveis pelo enfraquecimento do rio, outrora pujante, que, da maneira como se encontra, já não é mais o soberbo “Rio da Unidade Nacional”, pois perdeu a exuberância das águas, a força das correntezas, a vaidade de sua beleza, a imponência das velas, o desfile das saudosas “chatas”...

Senhor presidente, minhas senhoras, meus senhores, meu caro amigo e beiradeiro Álvaro Machado, a execução das obras da transposição das águas do São Francisco, ainda que para abastecer outros rios, faz-nos refletir e recorrer ao ensinamento contido em uma frase que encontrei casualmente algures, de autoria desconhecida, que proclama:

Mais vale preservar uma gota d' água que seja do São Francisco, hoje, do que chorar uma lágrima por ele amanhã, mesmo que sincera.

Voltando a Traipu...

Faço um retorno mental à minha querida Traipu. A política da época? Desprovida de violência! De relevante o fato de que, quando o chefe político Gonçalo Tavares, meu avô, ascendia ao poder

municipal, a feira descia para a Rua de Baixo, onde ele mantinha o seu estabelecimento comercial. Quando, todavia, o outro chefe político, Afonso Freitas, assumia o poder, a feira se instalava na Praça de Cima, simbolizando, geograficamente, a força política que mandava no município, na ocasião.

Cursei o primário no Grupo Escolar Moreno Brandão. Já adolescente, mudei-me para Capital, onde fiz a segunda parte do curso médio, então conhecido como curso ginásial.

Ainda adolescente, passei a trabalhar na sucursal da Gazeta de Alagoas, em Palmeira dos Índios, onde concluí o curso científico, última etapa do curso médio. Na “Princesa do Agreste” nasceram os meus filhos mais velhos, Cristiano e Eduardo. Minha permanência em Palmeira dos Índios foi um aprendizado cotidiano. Detinha prestígio enorme, pois era gerente da Gazeta de Alagoas e, como tal, mantive estreita convivência com homens como Luiz B. Torres e Valdemar de Souza Lima. Com este, percorri vários municípios alagoanos, acompanhando-o em suas pesquisas sobre “Lampião” e seus cangaceiros.

Prestei vestibular para o curso de Direito e, assim, mudei-me novamente para esta Capital, passando a estudar na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas, sem prejuízo do vínculo com o jornal “A Gazeta”, além de trabalhar no Jornal de Hoje e no Tribunal de Contas do Estado.

Antes de concluir o Curso de Direito, fui eleito Vereador em minha terra natal, tendo ocupado a vice-presidência da Câmara Municipal. Assumi a direção do Jornal de Hoje pouco tempo depois. Em Palmeira dos Índios, fundei a “Gazeta do Sertão”. Fui diretor de escola cenicista e, finalmente, ingressei no Ministério Público estadual, onde estou há mais de 25 anos.

Trabalhei em diversas comarcas do Estado como promotor de Justiça e, ao ser finalmente promovido para a Promotoria do júri, aqui em Maceió, passei a exercer o magistério, lecionando as disciplinas Direito Penal e Direito Processual Penal na Faculdade de Direito de Maceió, Fadima, no Tribunal de Justiça, na Escola Superior do Ministério Público e na Ordem dos Advogados do Brasil. No Cesmac, logo fui escolhido vice-Diretor e coordenador da Faculdade de Direito, sendo depois eleito Diretor, funções que exerci por mais de 15 anos.

Ao lado de todas essas atividades exercidas no magistério superior e no Ministério Público, fui eleito tesoureiro, vice-presidente e quatro vezes presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas, tendo sido escolhido, na oportunidade, vice-presidente da Confederação Nacional do Ministério Público – a CONAMP.

Em novembro de 2008, participei da eleição para escolha do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público estadual, tendo sido o candidato mais votado e, em seguida, nomeado pelo Governador Teotônio Vilela Filho para dirigir os destinos da Instituição em duas gestões. Nesta última, exerci durante um ano o honroso cargo de vice-Presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Brasil para o Nordeste.

Creio que dei a minha contribuição, como chefe do Ministério Público, ao processo de aprimoramento político e social de Alagoas. Consolidei amizades e aprendi muito. As pessoas de Teotônio Vilela Filho e Álvaro Machado foram fundamentais, dentre outras, nesta quadra de minha caminhada.

Se êxito tive, devo atribuí-los a estes fatores: a obstinação, pois sempre fui um obstinado; às amizades, porque sempre as cultivei; à vocação, porque me sinto um vocacionado; mas também à humildade e ao meu modo singelo mas firme de encarar os desafios com ética e seriedade e, sobretudo, com solidariedade. Penso que o ser humano jamais deve olhar uma pessoa de cima para baixo, a não ser para ajudá-la a levantar-se.

Reconheço, acima de tudo, como de fundamental importância para a minha caminhada, o apoio recebido da família querida que Deus pôs ao meu lado, da minha esposa Catarine e dos meus filhos todos, dentre eles um pesquisador de apenas 8 anos de idade, apaixonado por história, apaixonado por geografia, escritor e compositor, Luiz Eduardo.

Finalmente, senhor presidente, quero concluir a minha fala afirmando que pertencer aos quadros do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas tem se constituído em uma das minhas mais importantes realizações. É mais uma porta que Deus abre em minha vida, alargando os horizontes de minha trajetória e permitindo que com os sentimentos da paixão e da esperança, eu possa continuar contribuindo para o crescimento do Estado de Alagoas.